

O DEBATE POLÍTICO EM SALA DE AULA: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVO-MIDIÁTICA DO CASO EUCLIDES DE AGRELA À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA

Francisco Djefrey Simplicio PEREIRA¹
Ruberval FERREIRA²

Resumo: Este artigo objetiva descrever e discutir o processo discursivo pelo qual o evento Euclides de Agrela é construído, por meio de instâncias enunciativas hegemônica religiosa e corporativa de mídia, e suas implicações ideológicas no contexto mais imediato de sala de aula. Mais especificamente, busca-se compreender como o emprego de algumas formas linguísticas particulares contribui para o estabelecimento e a sustentação de relações de dominação no interior do discurso e fora dele. Para essa análise, foram selecionadas duas notícias sobre o caso: uma veiculada pelo UOL, associado ao grupo Folha de São Paulo e representando a mídia corporativa, e outra pelo Gospel Prime, que é considerada uma mídia hegemônica por pertencer à esfera religiosa de maior adesão no Brasil. A pesquisa toma como referencial teórico a Análise de Discurso Crítica em sua discussão sobre o elemento discursivo das práticas sociais, no caso, a prática social midiática, a partir de um tipo de significado proposto por Fairclough (2003), o representacional, aqui analisado em função da categoria da transitividade. Para pensar o problema em questão, simultaneamente, linguístico, educacional e sociológico, dialogamos com teóricos sociais como Laclau e Mouffe (2001) e Thompson (2011). Mostramos, ao final, como as significações do evento operam tanto para articular quanto para desarticular relações no sistema discursivo de diferenças da realidade. Assim, o debate político em sala de aula constitui-se discursivamente como luta pela hegemonia da vida sociopolítica.

Palavras-chave: hegemonia; discurso; sala de aula; análise de discurso crítica; debate político.

Abstract: This article aims to describe and discuss the discursive process through which the Euclides de Agrela event is constructed by means of hegemonic religious and corporate media enunciative instances, and its ideological implications in the more immediate context of the classroom. More specifically, it seeks to understand how the use of certain particular linguistic forms contributes to the establishment and maintenance of relations of domination within and beyond the discourse. For this analysis, two news reports on the case were selected: one published by UOL, associated with the Folha de São Paulo group and representing corporate media, and another by Gospel Prime, which is considered hegemonic media for belonging to the religious sphere with the largest adherence in Brazil. The research adopts Critical Discourse Analysis as its theoretical framework, particularly in its discussion on the discursive element of social practices, in this case, media social practices, drawing on a type of meaning proposed by Fairclough (2003), the representational meaning, here analyzed through the category of transitivity. To approach the issue at hand, which is simultaneously linguistic, educational, and sociological, we engage with social theorists such as Laclau & Mouffe (2001) and Thompson (2011). We show, in conclusion, how the meanings of the event operate both to articulate and disarticulate relations within the discursive system of differences in reality. Thus, the political debate in the classroom is discursively constituted as a struggle for the hegemony of socio-political life.

Keywords: hegemony; discourse; classroom; critical discourse analysis; political debate.

¹ Doutorado em andamento em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA-UECE). Professor da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc/CE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5555-9694>. E-mail: francisco.simplicio@aluno.uece.br.

² Professor e pesquisador da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo/SP, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3588-7321>. E-mail: ruber.ferreira@uece.br.

Introdução

Após uma queda de 10,2% nos investimentos em 2016 e um aumento no desemprego, o nacionalismo ganhou força no Brasil, impulsionado pela busca de superação da crise do capitalismo e pela oposição a qualquer vestígio de comunismo. Nesse contexto, as manifestações políticas ganharam destaque significativo. Por um lado, ocorreram amplos protestos contra o governo da Presidenta Dilma Rousseff, que se concentraram em questões de corrupção política e promoveram a ideia de patrimonialismo, enquanto o mercado permanecia relativamente isento de críticas. Por outro lado, também houve manifestações em apoio ao governo e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Conforme Souza (2017), as demandas das manifestações contra o governo beneficiavam principalmente a classe média, que constituía a maior parte dos manifestantes que exigiam a saída do PT. Essa divisão nas manifestações refletia as tensões políticas e sociais que marcaram o Brasil durante aquele período.

Durante esse momento, o movimento Escola Sem Partido (ESP), que seus idealizadores apresentavam como politicamente neutro, ganhou crescente popularidade e apoio nas redes sociais. Paralelamente, a mídia de ideologia hegemônica promovia o capital liberal, a privatização e a meritocracia como métodos educacionais apropriados e em conformidade com a Constituição. Nesse cenário, a prática de filmar professores em sala de aula e as possíveis ações judiciais contra eles eram retratadas como procedimentos normais e aceitáveis pelos governantes, sugerindo que tais medidas poderiam ser consideradas futuras alternativas e adotadas por qualquer estudante, desprovidas de interesses específicos.

Contudo, o Projeto de Lei Escola sem Partido apresenta peculiaridades notáveis. Em primeiro lugar, destaca-se pelo uso de gravações ilegais de professores acusados e pela divulgação dessas gravações. Em segundo lugar, há a propagação nas redes sociais de incentivos a linchamentos virtuais, onde profissionais da Educação são acusados e sentenciados antes mesmo de um julgamento em conformidade com o aparato legal oficial e a presunção de inocência, o que mostra que o projeto em questão contém características fascistas. Em terceiro lugar, observa-se que o âmbito privado da família tem interferido na liberdade de expressão coletiva do trabalho docente.

Dentre esses eventos vociferados pela Direita, está o episódio ocorrido com o Professor Euclides de Agrela da Escola Estadual de Ensino Médio Otávio Terceiro de Farias em Fortaleza – CE, ocorrido em 10 de abril em sala de aula de História, filmado e divulgado nas redes sociais, em seguida. O vídeo³ inicia com a voz de uma aluna chamando o colega bolsonarista de *racista*. A gravação continua com o professor Agrela cobrando embasamento teórico desse mesmo aluno: *De que livro você tirou isso?*. O aluno retruca: *Isso importa?*, provando o desconhecimento de como se monta uma argumentação em defesa de um ponto de vista⁴. Por um momento, há complacência do professor, de querer esclarecer que as falas do aprendiz não passavam de palpites. Contudo, pela busca incessante do aluno de balburdiar a aula, defendendo esse a perspectiva antidemocrática⁵, ditatorial⁶ e preconceituosa⁷ de Bolsonaro, o docente decide firmar sua autoridade, por fim, com a expulsão do neófito da sala.

³Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DNyUinFQOtA>. Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

⁴Vide competência 2 da redação do Enem.

⁵Ver matéria de Lago (2022) em: Comentário do dia: Dez vezes em que o presidente Jair Bolsonaro fez ameaças à democracia - Congresso em Foco. Ou, para citarmos o último envolvimento de Bolsonaro com atos antidemocráticos: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy8nw1gd1pqq>.

⁶A homenagem na votação do *golpe*, segundo Pereira (2023), a Brilhante Ustra e, mais recentemente, a Emílio Garrastazu Médici e Alfredo Stroessner: Disponível em: [Bolsonaro homenageia ditador pedófilo](#). Acesso em 18 de dezembro de 2024.

⁷Ver leque de frases preconceituosas de Bolsonaro em: Bolsonaro coleciona frases preconceituosas contra diversos grupos - 18/06/2022 - Racismo - Fotografia - Folha de S.Paulo. Acesso em 18 de dezembro de 2024.

Assim, este trabalho sugere a hipótese de que as ações de linguagem impulsionadas pelo jornalismo hegemônico, ao abordar a questão da educação no Brasil por meio do projeto Escola Sem Partido, têm como base conceitos delineados anteriormente pelo discurso mercadológico liberal. Essa hipótese é orientada pela crença segundo a qual o antagonismo, elemento constitutivo do social, é construído de maneira interdiscursiva, sendo a mídia hegemônica ou corporativa a principal fonte de informação em massa (Laclau; Mouffe, 2015).

No contexto desta pesquisa, questionamos os mecanismos linguísticos utilizados pela mídia para promover, por meio do Estado, a violência objetiva ou sistêmica do capitalismo, uma violência que, conforme Žižek (2014, p.52), “não pode ser atribuída a indivíduos concretos e às suas más intenções, mas é puramente anônima”. Além disso, indagamos sobre os interesses político-midiáticos por trás da substituição da valorização efetiva da docência por uma abordagem pontual de combate ao que se chama habitualmente em certas instâncias discursivas de *doutrinação esquerdista*. Por fim, exploramos as ideias cristalizadas que estão sendo reproduzidas para sugerir que o combate à doutrinação nas escolas é uma estratégia inovadora e a melhor resposta à crise da Educação. Com isso, buscamos compreender as significações, expectativas e ideologias políticas que a mídia atribui ao ensino, e algumas possíveis implicações imediatas da repercussão do caso Euclides de Agrela, impulsionada pelo movimento Escola Sem Partido.

A pesquisa tem como base a Análise do Discurso Crítica, conforme proposta pelo modelo Transformacional de Fairclough (2003), em seu diálogo com a Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (2004). O funcionamento da ideologia nesta abordagem, impulsionado por relações semântico-pragmáticas de Transitividade, pode ser percebido como uma estratégia de *fragmentação*, um dos modos de funcionamento da ideologia, segundo Thompson (2011). Tal estratégia envolve, segundo o autor, a sustentação de relações de dominação por meio do distanciamento das pessoas de interesses comuns. Isso é alcançado por meio da ênfase nas distinções entre indivíduos e grupos, além da construção de um inimigo que separa as pessoas, como veremos adiante. Nesse contexto, certos pressupostos são aceitos de forma clara, enquanto outros são obscurecidos, justificando o combate à, no âmbito deste trabalho, chamada *doutrinação esquerdista* e ocultando os conflitos gerados pelo mercado.

O papel da mídia e a construção discursiva: quadro geral em torno do caso

Desde o século XX, a Linguística abandonou a abordagem positivista de representação/descrição de eventos para adotar uma análise interacionista que examina como os significados são produzidos a partir dos contextos social e cultural. Essa mudança levou a estudos sobre tensões sociais e suas representações na mídia, com enfoque na epistemologia de como as sentenças adquirem significado. Este artigo se alinha com essa perspectiva, explorando a temática da neutralidade política e democracia no contexto da liberdade acadêmica na educação. Estudos semelhantes, como os de Moura (2016), Pinheiros (2017) e Travincas (2016), abordam a liberdade de ensinar, mas se diferenciam ao não adotar a abordagem teórica específica que usamos em um caso de sala de aula e suas repercussões midiáticas.

Moura (2016) aborda o movimento Escola Sem Partido como um evento que caracteriza o conservadorismo brasileiro, explorando temas políticos e históricos para avaliar os mecanismos de contenção e imposição na esfera educacional. Os resultados da pesquisa revelam os impactos da tramitação dos projetos relacionados ao movimento no ensino de História em municípios e estados, focando na promoção de uma educação democrática. Pinheiro (2017) analisa as formações discursivas do confronto entre o movimento Escola Sem Partido (ESP) e os Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) nas mídias sociais. Seus resultados indicam que o ESP se caracteriza como um antimovimento social com elementos do

Ur-Fascismo⁸, enquanto o PCESP é identificado como um movimento social com práticas educativas e uma narrativa de resistência. Travincas (2016) objetiva identificar e analisar os limites e restrições à liberdade de ensinar no Brasil, confrontando a *for the common good school*⁹ com posições teóricas divergentes. A conclusão destaca que o direito do professor de tomar decisões na gestão da sala de aula deve estar sujeito à formação de cidadãos com competência democrática.

Nossa pesquisa se concentra na construção discursivo-midiática do caso Euclides de Agrela, alcançando um *corpus* ainda inexplorado sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso Crítica (ADC): duas notícias de importantes jornais nacionais, acessíveis de forma gratuita. Além de preencher essa lacuna, a pesquisa oferece uma análise crítica aos profissionais da área do ensino, mostrando de que forma atores sociais e o ensino público podem ser afetados por eventos desse tipo e favorecendo *insights* que podem ser úteis para a regência de aulas. A relevância do estudo também se destaca ao evidenciar historicamente os interesses do movimento Escola Sem Partido, tanto sociologicamente, ao manipular as massas pela mídia, quanto cultural e politicamente, ao usar gravações de aulas de maneira unilateral e partidária, operando, assim, contrariamente à Lei. Um diferencial importante é a escolha teórico-metodológica da ADC, que, ao contrário de outras abordagens de análise do discurso, possibilita um exercício reflexivo em direção a mudanças sociais e emancipação. Essa característica respalda os objetivos político-ideológicos da pesquisa, conferindo-lhe uma dimensão crítica e orientada para a transformação social.

Depois de situar a pesquisa num quadro de discussão mais geral sobre o tema e suas abordagens, destacando suas especificidades, apresentamos os objetivos deste trabalho. De modo geral, buscamos descrever e discutir o processo discursivo pelo qual o evento Euclides de Agrela foi construído nas duas instâncias de mídia em questão e suas implicações ideológicas no contexto mais imediato de sala de aula. Especificamente, comparar, do ponto de vista da oração como representação, como o evento aparece no Sistema de Transitividade, com base nas orações em que o evento foi representado, para examinar como os sentidos construídos ideologicamente concorreram para narrativas sobre o caso nos dois textos analisados.

Instrumentos teóricos da pesquisa

Fairclough (2003) define a Análise de Discurso Crítica (ADC) como uma teoria/método transdisciplinar que se move entre o acesso a textos específicos e a abordagem da estruturação social da língua/linguagem por meio de práticas sociais. A teoria da ADC considera a linguagem como discurso, integrando-a às práticas sociais. O conceito-chave de prática social é fundamental, permitindo a problematização do discurso enquanto instância que se situa entre estruturas abstratas e eventos socialmente situados e enquanto um dos elementos

⁸ *Ur-Fascismo* é um termo usado pelo filósofo Umberto Eco para descrever um tipo de fascismo que não se limita a uma época ou lugar específicos, mas que aparece em várias formas e contextos ao longo da história. Em vez de ser um *fascismo* tradicional, é como um *fascismo genérico* que pode surgir de várias maneiras. Para colocar isso em perspectiva, imagine o caso de Euclides de Agrela. As reações e narrativas ao redor do evento podem ter ecos de Ur-Fascismo se elas exaltam uma visão nacionalista rígida, ignoram a diversidade de opiniões e atacam qualquer forma de crítica ou dissentimento emancipatórios. Esse tipo de discurso mostra como características de Ur-Fascismo podem aparecer em contextos diferentes, mantendo seu charme (ou ameaça) em uma nova embalagem.

⁹ Essa ideia sobre liberdade acadêmica diz que é um verdadeiro jogo de pingue-pongue entre liberdade acadêmica e democracia: uma não acontece sem a outra. A liberdade acadêmica brilha na democracia, e a democracia precisa dela para funcionar de verdade. Os fundamentos dessa teoria vêm do Direito dos EUA e são, em grande parte, baseados nos argumentos de Robert Post, que hoje é visto como o grande nome dessa escola de pensamento. Ver em: Post, Robert C.; Finkin, Matthew W. *For the common good: principles of American academic freedom*. New Haven: Yale University Press, 2009.

constitutivos de toda prática social.

Enquadrada no Funcionalismo, a ADC utiliza a Linguística Sistêmico-Funcional para o exame linguístico, pois essa abordagem vê a linguagem como um elemento vinculado à vida social e considera as estruturas linguísticas como formas de agir sobre o mundo. Desse modo, Fairclough (2003) destaca que os textos despertam funções em discursos, estilos e gêneros, os quais funcionam nas práticas sociais como modos de representar, modos de ser e modos de agir, respectivamente. Fairclough (2003) pensa o discurso, assim, em função de três tipos de significações que o constituem: o que ele chama de significado representacional, significado identificacional e significado acional. Interessa-nos aqui, o primeiro tipo.

Especificamente, o Significado Representacional diz respeito às diversas perspectivas de mundo, influenciadas pelas posições dos agentes nas relações sociais e pelos vínculos que estabelecem entre si. Os discursos funcionam como formas de representar elementos do mundo, abrangendo aspectos materiais, mentais e sociais. Nessa abordagem, os discursos não apenas produzem representações da realidade, mas também oferecem oportunidades de intervenção sobre ela ou possibilidades de mudança. Diante disso, o estudo em questão investiga como o significado representacional é articulado na construção do evento Euclides de Agrela, concentrando-se nas estratégias discursivas do Sistema de Transitividade presentes nos discursos dos dispositivos midiáticos em questão ao representar o referido evento (Fairclough, 2003).

A ADC utiliza ainda o conceito de luta hegemônica gramsciana, para explicar as disputas de poder envolvidas na universalização de discursos particulares. Na leitura de Fairclough (2003) do conceito, a adesão à ideologia dominante ocorre por consenso, não por coerção, e destaca que todas as representações ideológicas estabelecem relações de poder entre si. Quanto mais sólidos e pré-estabelecidos parecerem os significados das expressões, mais forte será a dominação ideológica, pois a rigidez do significado óbvio não tolera questionamentos ou críticas.

Com base nisso, este texto aborda a análise da ideologia, utilizando o quadro metodológico da ADC com base nos pressupostos da Crítica Explanatória de Bhaskar (1998) e da Linguística Sistêmico Funcional (Halliday, 2004). Nesse caminho, Fairclough (2003), inspirando-se em Thompson (2011), destaca a ideologia como uma categoria de pesquisa social, juntamente com a legitimação, hibridismo e governança. O autor enfatiza a importância de analisar a ordem social para compreender como as coisas são e como poderiam ser.

Thompson (2011), por sua vez, em sua abordagem da questão da ideologia, por ele pensada como o sentido a serviço do poder, identifica cinco modos gerais pelos quais a ideologia opera na produção de formas simbólicas em contextos sociais, e que contribuem para estabelecer e sustentar relações de dominação. São eles: a) Legitimação: apresentação de relações de dominação como justas e dignas de apoio; b) Dissimulação: ocultação, negação ou representação das relações de dominação para desviar a atenção; c) Unificação: interligação de indivíduos em uma identidade coletiva, independentemente de diferenças e divisões; d) Fragmentação: segmentação de indivíduos e grupos desafiadores, projetando-os como maus ou perigosos; e) Reificação: retratação de relações de dominação como permanentes, naturais e atemporais.

Dessa forma, esse estudo examina a relação entre discurso e outros eixos da prática social, mostrando como os processos de articulação contribuem, em certos contextos, para a manutenção de relações de poder e dominação (Fairclough, 2012). Inspirados em Thompson (2011), abordamos o conceito de poder no nível institucional, ou seja, em referência à capacidade de alguns indivíduos de controlar informações, atividades e comportamentos de outros. Em outras palavras, sua formulação de ideologia como o sentido que está a serviço do poder, o que significa a serviço da manutenção das relações de dominação numa ordem social estabelecida.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

Esse trabalho orienta-se por uma abordagem qualitativa, conforme observa Ramalho (2011) a propósito de pesquisas feitas no campo da ADC. A autora considera que a linguagem se manifesta como discurso nas nossas ações, relações, representações e identificações em relação a nós mesmos, aos outros e ao mundo. O processo de investigação segue a orientação de tratar o mundo como um emaranhado de ideias, compreendê-lo, formular questões para descrevê-lo e, por fim, interpretar aspectos específicos do *corpus*. A análise é orientada, assim, pelo modelo sociointerativo da teoria social crítica, com uma postura ontológica baseada no Realismo crítico.

Este estudo adota uma abordagem que leva em conta o contexto social, educacional e político que influenciou o Brasil durante o período em que a instrumentária foi desenvolvida e utilizada. Ou seja, considera todos esses fatores como o pano de fundo importante para entender a pesquisa. O foco principal é o evento textual debate político em sala de aula. Para uma visão abrangente do material empírico, foram analisadas duas notícias relacionadas ao caso Euclides de Agrela - uma do jornal *Gospel Prime* (13/04/2018) (Aragão, 2018) e outra do jornal *Bol/Uol* (14/04/2018) (Pezzo, 2018) – em relação aos pronunciamentos e notas de esclarecimento à imprensa. No contexto deste estudo descritivo e explanatório, é relevante destacar que a pesquisa é guiada por um conjunto de valores em relação ao mundo. Assim, assume os pressupostos emancipatórios da Análise de Discurso Crítica, cujos interesses visam promover mudanças sociais (Ramalho, 2011).

Tendo em vista que adotamos uma concepção funcionalista de linguagem, enfatizamos o significado representacional, conforme proposto por Fairclough (2003), para analisar notícias relacionadas ao evento envolvendo o professor Euclides de Agrela. Sobre isso, vale salientar que Fairclough (2001) destaca o discurso como uma prática política e ideológica que influencia as relações de poder e os significados que, por sua vez, constituem os mundos físico, social e mental. Assim, a análise da significação textual pode ser realizada por meio da representação discursiva, situada entre textos específicos e ordens de discurso, articulando-se pelo Sistema de Transitividade. Esse sistema utiliza mecanismos léxico-gramaticais para reconstruir os significados de uma experiência, envolvendo processos, participantes e circunstâncias. No contexto do caso Euclides de Agrela, a análise do Sistema de Transitividade torna-se relevante para examinar como os sentidos construídos contribuem para narrativas semelhantes ou diferentes nos dois textos analisados, sendo uma categoria produtiva na busca por formas particulares de definir o evento.

Assim, a análise que propomos busca uma descrição e explanação das duas notícias em questão com base nas orações em que o evento é representado, ou seja, como o evento aparece no Sistema de Transitividade. Inicialmente, realizamos o levantamento dos processos principais (Relacional, Mental e Material), bem como dos processos secundários (Verbal, Comportamental e Existencial) (Fuzer; Cabral, 2014), nas 2 notícias selecionadas, processos esses relacionados à:

- a) Circunstância primária: a infração do fazer docente denunciada, envolvendo a elaboração do Projeto de Lei Escola Sem Partido, que teria justificado a filmagem e divulgação ilegal do professor em sala de aula;
- b) Circunstância secundária: a propagação nas redes sociais como maneiras de incentivos a linchamentos virtuais;
- c) Circunstância terciária: a tomada da liberdade de expressão coletiva do fazer docente, pelo campo privado da família.

Depois de juntar os dados, nós não só identificamos e explanamos conexões causais

pelas frequências, mas também fomos fundo para descobrir como e por que certos mecanismos de Transitividade funcionam do jeito que funcionam. Vimos como eles foram ativados e em que condições (Resende; Ramalho, 2006). E, como Sayer (2000) aponta, por trás de tudo isso está a ideia de que essa pesquisa não é só para explicar o que acontece, mas também para buscar maneiras de melhorar as coisas.

Para a categorização das estratégias de léxico-gramaticalização transitivas, consideramos que o texto é a unidade de descrição, embora seja na instância da oração que os significados são mapeados, o que a torna, portanto, a unidade principal de processamento da léxico-gramática (Fuzer; Cabral, 2014). Dessa forma, examinamos os procedimentos de transitividade, interpretando as relações sociais entre os participantes, de modo a conectar os textos aos seus contextos situacionais (Fairclough, 2003).

Representações na notícia de Gospel Prime

Vamos analisar os excertos destacados para entender como ocorre a representação dos atores sociais, utilizando o modelo de análise proposto por Fairclough (2003) e o Sistema de Transitividade de Halliday (2004). Esses modelos nos ajudam a compreender como as pessoas e grupos são retratados no discurso. Começando pela manchete, que será reproduzida a seguir como exemplo, veremos como os atores sociais são apresentados e como isso influencia nossa percepção deles.

[manchete] Aluno evangélico é humilhado por professor militante do PSOL. “Quem tá mentindo pra você é o pastorzinho vagabundo da sua igreja”, acusou professor de História

Nesta manchete, observa-se uma representação baseada em generalização e classificação, na qual atores sociais são identificados pelas categorias “evangélico” e “militante do PSOL”, associando-os ainda aos papéis sociais de “professor” e “aluno”. Essas informações são empregadas para definir os indivíduos nessa representação. Vale destacar que, embora os atores pudessem ser representados como indivíduos específicos, inicialmente são categorizados por meio de classificações. O título da notícia *generaliza* ao classificar o aluno como “evangélico” e o professor como “militante do PSOL”. Essas classificações não apenas descrevem os atores sociais com base nos grupos aos quais pertencem, mas também sugerem uma dinâmica de confronto ideológico. O termo “militante do PSOL” indica uma postura política ativa, enquanto “evangélico” ressalta a identidade religiosa do aluno.

Em termos de estrutura de Transitividade, o termo “evangélico” está inserido no grupo nominal “humilhado”. No que diz respeito ao papel desempenhado pelo grupo social “militante do PSOL”, pode-se afirmar que ele está gramaticalmente oculto, pois está inserido na estrutura passiva, na qual o agente, embora responsável pela ação, ocupa uma posição secundária na construção do significado. A estrutura da oração estabelece um paralelismo entre os elementos “professor” e “militante do PSOL”, o que resulta em uma avaliação negativa de ambos.

Nesse ponto, esclarece-se que o “acusar” mencionado na matéria refere-se a uma ação pontual do professor. No entanto, a acusação dirigida ao grupo social evangélico não é abordada como uma resposta ao diálogo que ocorria no momento. Caso esse fosse o enfoque, o termo “professor de História” teria uma conotação mais positiva, o que não ocorre neste contexto. Passamos, então, ao próximo exemplo:

[parágrafo primeiro] O cerne do projeto “Escola Sem Partido”, que vem tramitando no Congresso, é o fato inegável que as salas de aula do Brasil estão tomadas por discursos políticos e *doutrinação* de esquerda. As denúncias se multiplicam e a tendência, em ano eleitoral, é que as posições se acirrem.

[parágrafo segundo] Viralizou nesta sexta-feira (13) um vídeo mostrando um exemplo desse tipo de situação, desta vez na Escola Estadual de Ensino Médio Otávio de Farias, em Fortaleza. Nele é possível ver claramente um *professor de História* humilhando e, posteriormente, expulsando da sala um aluno evangélico que seria *apoiador do pré-candidato a Presidência da República Jair Bolsonaro (PSL)*. [grifos nossos]

A generalização acerca do grupo ao qual o professor pertence, nomeadamente o "militante do PSOL", já presente na manchete, torna-se ainda mais evidente nos parágrafos iniciais do texto. Esses dois primeiros parágrafos, de maneira prototípica, atuam como uma explicação da manchete, reiterando a mesma informação de forma mais específica e detalhada.

Assim como “evangélico” na manchete se recontextualiza no segundo parágrafo como “apoiador do pré-candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro (PSL)”, o grupo classificado simplesmente pela “militância” na manchete também recebe aqui pormenores explicativos. O que lá era generalizado em um só grupo, nos primeiros parágrafos é categorizado pela “doutrinação” política e pela formação acadêmica:

[parágrafo terceiro] Identificado pelo jornal Tribuna do Ceará como Euclides de Agrela, o professor é *formado pela Universidade de São Paulo (USP)*. Em sua conta pessoal no Facebook, desativada após o vídeo se multiplicar pelas redes, ele se identificava como militante do PSOL [grifo nosso].

Nesses casos, observa-se uma funcionalização, na qual os atores sociais são representados com base em uma atividade (como doutrinar) ou ocupação (como estudar). Particularmente no exemplo de "formado pela Universidade de São Paulo", ocorre uma categorização por classificação, embora o indivíduo esteja inicialmente nomeado. O elemento que define essa categoria é o vínculo com a universidade pública, o que remete à preservação de direitos sociais por meio da intervenção estatal, o que contraria o ideal de Estado mínimo, defendido pelo movimento Escola Sem Partido.

Nesse sentido, podemos dizer que essas categorizações, embora mantenham o traço humano pelo elemento das lexias – “Euclides de Agrela” – têm seu elemento identificador em “professor de História”(manchete) e “salas de aula do Brasil”(primeiro parágrafo), o que aproxima essas representações da objetivação, quando, segundo Fairclough (2003), representações genéricas desse tipo, em que os atores sociais são retratados por associação a um *locus* ou a uma atividade, contribuem para a universalização hegemônica de uma representação particular que, nesse caso, em nossa análise, resulta no ato de denunciar docentes.

Em termos do Sistema de Transitividade, a oração no primeiro parágrafo é diferente em estrutura da oração já analisada da manchete, pois esta se compõe por um processo mental¹⁰

¹⁰ Na verdade, Fuzer e Cabral (2014, p.72) classificam o processo *acusar* como de natureza *verbal*, ou seja, constitui um processo de dizer e seu sentido se insere entre as orações materiais e mentais. Contudo, preferimos inclinar a classificação de *acusou* mais como mental que verbal, por acreditarmos que esse verbo, apesar de *dicendi*, no âmbito religioso, é carregado de aversão afetiva. Essa ação acaba por fazer alusão ao professor como um *acusador*, mesmo atributo do diabo (ver Apocalipse 12:10). Especificamente, nessa esfera social, *acusar* engrena a percepção de ofender ou amedrontar.

(acusou), dizendo respeito à percepção emotiva da realidade, por a mídia, nesse caso, já posicionar a ação do professor como repulsiva. Por outro lado, temos no parágrafo primeiro o processo material de extensão, que expressa possessão, em que o resultado é a mudança de um aspecto do participante preexistente, onde a meta é a “sala de aula”, o processo material é “estão tomadas” e o resultado, causado por atores pessoais implícitos, é “discursos políticos e doutrinação de esquerda”. Assim como na manchete, nessa oração o grupo “denúncias” está dentro do grupo nominal “Escola sem partido”, inserido profundamente na estrutura de encaixe.

Vejam os um trecho do parágrafo seguinte:

[parágrafo quarto] O debate acalorado foi divulgado em dois vídeos curtos. No primeiro, é possível ver claramente a frase “Bolsonaro vai matar 30 mil” escrita no quadro. O professor, fala de modo agressivo com o jovem, que não teve o nome revelado. *Contrariado pelo posicionamento do aluno*, contrário ao seu, Agrela afirma: “Eu estou falando a verdade. Quem tá mentindo pra você é o policial imbecil ou o pastorzinho vagabundo da sua igreja” [grifo nosso].

O ponto de interesse aqui é o verbo "contrariado". Observa-se uma fragmentação por exclusão do outro, mantendo o vínculo ao papel social e a mesma apassivação decorrente da ênfase em "Agrela" na exclusão. Nesse contexto, a fragmentação da representação é reforçada pela significação de "posicionamento", que sublinha o caráter eufemístico de uma representação mais civilizada e pessoal. O foco não recai sobre o que o aluno, como indivíduo identificável, disse, mas sobre sua afiliação a uma classe que pode ser descrita como "contrária" a de Agrela. Ao invés de destacar a individualidade do aluno, o texto opta por ressaltar sua posição coletiva, contrastando com a individualização do professor, que é nomeado e especificado no texto.

Em termos de Transitividade, na oração “Contrariado pelo posicionamento do aluno”, Agrela ocupa a posição de sensor mental do vexame provocado pela resposta do aluno, assumindo, assim, um papel passivo em uma representação apassivada. O problema central nessa oração, e no texto como um todo, é a discussão e suas consequências, particularmente sobre quem "causa vergonha". O papel social do professor ao debater em sala de aula não seria uma questão problemática, não fosse o fato de "ser contrário ao posicionamento desse aluno", que é identificado como representante da direita. Nos quinto, sexto e sétimo parágrafos, que marcam o início da segunda parte do texto, temos:

[parágrafo quinto] O segundo vídeo mostra o momento em que o professor expulsa o aluno, com a ordem: “Saia da sala”.

[parágrafo sexto] A questão em jogo aqui é mais do que apenas uma preferência política. Indo contra todos os princípios da pedagogia, o adulto tenta impor sobre o adolescente suas ideias e não aceita o contraditório. Ademais, ataca verbalmente o menino, que ele sabe ser evangélico, classificando o pastor como “vagabundo” e, de quebra, chamando o policial de “imbecil”.

[parágrafo sétimo] *É uma violação tanto ao direito de expressão do aluno quanto de sua liberdade religiosa.*

No exemplo *do parágrafo sétimo*, temos uma representação focalizada na ação de defesa: aqui, ao contrário do que vimos nos relatos de ataque *quinto* e *sexto*, a ação incômoda

é caracterizada por meio de uma posição apagada do sujeito que fala, mas que pressupõe posição em rema do docente, em um possível processo mental: “o direitos são violados pelo professor”. Essa definição do fazer docente poderia ser sintetizada em “violação à expressão e à liberdade” – o que se descreve é um comportamento inadequado, socialmente reprovável.

Na oração, “tanto ao direito de expressão” cria uma aproximação dos grupos religiosos, linguisticamente realizada por “quanto”, ambos a serviço “do aluno”, o que indica que “o professor opositor” não faz parte dos grupos representados na oração. Aqui estamos diante de um processo existencial nominalizado. Se compararmos esse exemplo com “as salas de aula do Brasil estão tomadas”, entenderemos que “É uma violação” equivale a dizer que “há violação nas salas de aula do Brasil”, em que “violação” classifica-se como existente, como algo que simplesmente existe, sem que se represente uma ação político-social associada, exceto a ação pressuposta no nome, de violar. Passemos aos momentos finais da notícia, quando a matéria abre o tópico conclusivo com *Sindicato fica ao lado professor*:

[parágrafo nono] Até o momento, a única posição oficial foi uma nota da Secretaria da Educação do Ceará (Seduc), informando que vai apurar o ocorrido e tomar as devidas providências.

[parágrafo décimo] Como era esperado, o Sindicato dos Professores e Servidores da Educação e Cultura do Estado e Municípios do Ceará (Apeoc) ficou ao lado do professor. Numa nota de solidariedade, argumenta que o vídeo foi editado e “divulgado fora de contexto”.

[parágrafo décimo primeiro] “Não podemos aceitar ser patrulhados por nossas opiniões e visões políticas! Não podemos ser julgados e condenados a partir de vídeos editados e fora de contexto! Não é assim que se faz educação, não é assim que se constrói conhecimento”, diz o documento com informações de Tribuna do Ceará.

Nesse caso, temos uma instância de relato indireto do jornal, representada pela oposição entre a articulação do Sindicato e o papel do professor. O único verbo *dicendi* que encerra a voz do Sindicato nesta seção do texto é “diz o documento”. A escolha desse verbo carrega significados importantes na representação, sugerindo uma distinção entre o ato de falar e o de agir — um possível subtexto seria “dizer não é fazer”. Assim, a “mentira” a ser negada e combatida refere-se ao julgamento, à patrulha e à condenação por parte daqueles que divulgaram o vídeo editado e fora de contexto, e não, por exemplo, à situação de esgotamento emocional enfrentada pelo professor em sala de aula.

O problema representado, na verdade, é o incômodo do posicionamento político, sem se importar com os riscos à segurança do professor envolvido na discussão. Por sua vez, a frase “Com informações de Tribuna do Ceará” indica a condição de prestígio e veracidade dos fatos expostos, o que legitimaria o jornal de fazer uma narração de indignação e repúdio, a respeito do ocorrido.

Em termos do Sistema de Transitividade, nas margens da oração, “ficou do lado do professor” está em posição desiderativa e essa relação significativa de assentir é modificadora do “fenômeno” professor que, em processo mental, mostra a construção do fluxo de consciência e a percepção que o redator do jornal tem da realidade. Nesse sentido, pode-se dizer que o problema do evento para o periódico é mais centralizado, a partir da estrutura da oração, contra pensamentos, percepções e vontades indesejáveis, que se texturiza em posição experiencial antagônica.

Representações na notícia de Bol-UOL

Falemos agora da manchete do portal Bol-UOL, reproduzida a seguir no exemplo:

- a) [manchete] Debate entre professor e aluno sobre situação do país vira motivo de ameaça

Na manchete, temos a representação do tipo eufemização, quando o processo “debater” é minimizado, não gerando em si um fato noticiável, e o processo “ameaçar” é apagado, não ligando-se a nenhum ator envolvido. Ainda que não sejam representados como indivíduos identificáveis, inicialmente, os atores, professor e aluno, são categorizados por unificação, logo na manchete, isto é, diferente de Gospel Prime, são representados aqui com base na única categoria dos papéis sociais da mesma esfera escolar, informação utilizada para definir o que são nessa representação.

Em termos da estrutura de Transitividade, nem “professor”, nem “aluno” se inserem, inicialmente, dentro do grupo nominal “ameaçado”. O importante, nesse primeiro momento, é a mudança de estado, ocasionada pelo processo “virar”, que regula e demarca o cotidiano da sala de aula, também observável no decorrer da notícia:

- b) [primeiro parágrafo] Desde a última quarta-feira (11), uma escola estadual de Fortaleza *virou* assunto nas redes sociais devido a um vídeo gravado durante a discussão entre um professor e um aluno em sala de aula [grifo nosso].

Dessa forma, o jornal consegue assegurar o que em uma aula pode ou não conter. Na sentença, o “debate” é tido como dado, contanto que este não se torne “motivo de ameaça”. O comportamento do corpo social escolar é normatizado e as relações, entre professor e aluno, mediadas pela experiência do debate, são avaliadas positivamente. Passemos à análise do parágrafo seguinte:

- c) [segundo parágrafo] A cena ganhou repercussão depois de *páginas de apoio ao deputado federal Jair Bolsonaro* (PSL-RJ) compartilharem os vídeos alegando que o garoto teria sido expulso por ser adepto das propostas do *candidato à Presidência* [grifos nossos].

Esse trecho revela que a representação do fato noticiado não está centrada na figura do professor Euclides de Agrela, mas sim na responsabilidade pela violência decorrente da privação de direitos, motivada pela divulgação não autorizada do evento nas redes sociais. Neste ponto, é introduzido o ator social “páginas de apoio ao deputado federal Jair Bolsonaro”. Esse apoio ao “candidato à Presidência”, identificado pelas páginas como o único ou principal motivo para a expulsão do aluno, desvincula o compromisso do jornal com a veracidade ou relevância dessa informação para a decisão de expulsar o aluno da sala de aula. Os processos usados para esse distanciamento incluem “alegando”, que atribui valor ao que é dito, e “teria sido”, que expressa incerteza. Assim, a redação deixa de problematizar a discussão entre o professor e o aluno, representando-os igualmente como cidadãos com direitos. Nesse contexto, a naturalização do debate escolar faz com que a aula seja percebida pelo leitor ou leitora da

notícia como um evento histórico, influenciado por ação política humana.

d) [sétimo parágrafo] Neste momento, de acordo com Agrela, um aluno pediu a palavra, disse que ele estava mentindo para a classe e que, na verdade, os dois eram comunistas. Foi então que o professor fez as perguntas registradas no vídeo, sobre a fonte da informação do menino. "Àquele ponto (registrado no vídeo), ele já havia me insultado de burro, de mentiroso e dito que eu estava enganando a sala", afirmou Agrela à reportagem.

Começamos pela análise da troca de turnos de fala solicitada pelo aluno. No momento da aula, está instaurada uma conversação formal, que pode ser caracterizada em termos de uma alternância cerimoniosa entre turnos dos locutores. Professor e aluno não estão em posições simétricas em relação ao direito de tomada de turno, mas, em contrapartida, quando a tomada é feita, os dois tipos de turnos são acessíveis, ambos atores podem perguntar e responder, assim como têm a expectativa de poder falar sem interrupção. A maioria das conversações em sala de aula tem alguma coisa que se aproxima dessas características, mas deve-se salientar que mesmo conversas formais, naturalmente assimétricas, podem-se inverter as atribuições hegemônicas nas relações sociais representadas entre os participantes. É o que acontece nesse caso, como será detalhado a seguir:

e) [décimo quarto parágrafo] Um dos perfis que compartilhou os vídeos do professor com o boato foi Heitor Freire, presidente do PSL no Ceará. "'Professor' *militante do PSOL* humilha e expulsa aluno de sala de aula por ser apoiador de Bolsonaro. Este patife, *militante comunista* travestido de professor, utiliza de sua posição privilegiada para proferir mentiras contra Jair Bolsonaro", publicou em sua página na rede social [grifos nossos].

Quando, repentinamente, muda-se os termos da prioridade temática da aula, a estratégia argumentativa do aluno consegue mobilizar a classe pela avaliação negativa do que viria a ser chamado, pela perspectiva discursiva dele, de “comunistas”. Nesse momento, há um fio condutor que constrói correspondência entre o professor representado – “burro”, “mentiroso” e “enganador” - unificado na figura posterior dos “comunistas”. Para mais, há unificações, quando os grupos “militante do Psol” e “comunista” são enfatizados pela página de Heitor Freire, em particular, ainda que sempre em referências genéricas, sem foco no nome de Agrela. Por exemplo, “comunistas”, que estão “travestidos” de professores, expõe uma preocupação e “enganando”, que estabelece a autoridade de ensinar do professor como transitória –, todos esses grupos sociais são assimilados com Agrela, notadamente quando “utiliza de sua posição privilegiada” parece constituir uma finalidade generalizante de “para proferir mentiras contra Jair Bolsonaro”.

O que nos interessa não são propriamente os relatos de Heitor Freire, mas a avaliação que o jornal Bol-UOL faz deles. O evento nas redes sociais é nomeado como um “boato” que foi compartilhado pela articulação do agente da passiva, rema da oração, Freire. O jornal subverte a lógica do caso ser construído com base em um interesse popular mais amplo, quando cita “um dos perfis” e individualiza a distribuição do evento como propagado “em sua rede social”.

Vejam os que consta no penúltimo parágrafo do texto, reproduzido integralmente a seguir:

f) [décimo quinto parágrafo] À reportagem, o presidente do Sindicato dos Professores e Servidores da Educação e Cultura do Estado e Municípios do Ceará (Apeoc), professor Anizio Melo, afirmou que realizará uma reunião nesta segunda-feira (16) para tratar do assunto. “É uma situação complexa e, por isso, teremos uma reunião com o professor envolvido. Esse problema coloca em risco a autonomia da escola e dos educadores. Não é a primeira vez, nem será a última que esse tipo de embate em sala de aula *acontece*”, declarou.

O trecho em destaque é relato de fala do professor Anizio Melo. Nesse caso, o verbo *dicendi* selecionado é “declarou”. A referência ao embate que “acontece” na sala de aula é uma representação ao evento categorizado pela naturalização – a representação aqui, realiza-se em termos da manutenção da autonomia educativa. O foco do problema é a perda de autonomia “da escola e dos educadores” – portanto, a questão não é que haja ou não embates nas salas de aula, mas a complexidade de se fazê-los. No primeiro caso, a reunião é Meta da ação que será realizada pelo professor Anizio Melo. No segundo caso, “[Nós]” funciona como Ator da ação de “faremos”. Note-se que essa é ocorrência de representação de papel ativo do grupo sindical e, nas estruturas oracionais analisadas, trata-se simplesmente da ação de inserir ao local de decisão, o professor Agrela, aspecto dissimulado em todo o texto. Nesse sentido, pode-se dizer que a representação do sindicato no texto tende para a identificação com Agrela, em que o reforço da individualidade do professor não é posto em relevo. Em todo caso, Euclides de Agrela é representado por identificação no sentido de que os professores não devem ser definidos pelo que fazem, pontualmente, mas pelo que são. Fica claro que ser “professor” inclui a ação de se envolver em embates, por isso, não é essa ação que é enfatizada na estrutura textual. No último parágrafo, lemos:

g) [décimo sexto parágrafo] A reportagem tentou contato com os pais do aluno por meio da direção da escola, mas não obteve retorno.

O trecho acima, que reproduz todo o último parágrafo do texto, poderia ser novamente um relato de fala, dessa vez dos responsáveis pelo aluno, representado como indivíduo, pertencente a duas células sociais: a família e a escola. Mas o que nos interessa é a falta de representação do jornal do “outro lado da história”. Essa externalizada impessoalidade da reportagem é mediada pela “tentativa” frustrada de contato com os pais. Entretanto, esse trecho, que não acrescenta novas informações na representação que o texto constrói do debate em sala de aula, reforça os modos de representação já texturizados anteriormente. Em termos de transitividade, há o incômodo principal quanto a falta de acessibilidade dos pais, enquadrado pelo tema da oração, enquanto o fato da escola não ceder as informações de contato dos pais, o rema, é colocado em segundo plano. O contato do jornal com os pais é representado no campo da não-experiência, já que o processo é “tentar” e “não obter”. Assim, o aluno, representado pelas sentenças anteriores, ocupa a posição de apenas Fenômeno dos processos experienciais cujo Experienciador é Euclides de Agrela.

À guisa de conclusão

A análise das representações sociais nas notícias de Gospel Prime e Bol-UOL revela o quanto a escolha linguística pode moldar a percepção dos leitores sobre os eventos narrados. Em ambos os casos, os atores sociais – professores e alunos – são representados de maneiras que enfatizam diferentes aspectos ideológicos e sociais, refletindo as intenções e valores dos veículos de comunicação.

No caso da notícia do Gospel Prime, há uma ênfase clara na categorização dos atores sociais de acordo com suas identidades ideológicas e religiosas, o que contribui para a construção de um discurso de confronto entre grupos antagônicos. A figura do professor é intensamente negativada, sendo associada à "militância do PSOL" e à doutrinação, enquanto o aluno é retratado como uma vítima, classificado primeiramente como "evangélico" e "apoiador de Bolsonaro". A reportagem utiliza processos de transitividade que reforçam a passividade do aluno e a agressividade do professor, criando uma narrativa que posiciona o leitor a favor de um grupo e contra outro. A mensagem de condenação implícita ao comportamento do professor visa construir uma sensação de urgência e de injustiça cometida contra o aluno.

Já na notícia do Bol-UOL, há uma tentativa de neutralidade maior, em que o evento é retratado como um "debate" que escalou para algo mais grave, como uma ameaça. No entanto, a estrutura de transitividade sugere uma eufemização dos conflitos em sala de aula, o que reduz o impacto negativo do comportamento do professor. Além disso, o texto evita identificar os atores sociais como representantes de posições ideológicas específicas, concentrando-se mais no debate em sala de aula como um fenômeno comum, algo quase inevitável nas dinâmicas pedagógicas. Mesmo que o professor Euclides de Agrela seja citado e tenha sua versão dos fatos apresentada, o jornal faz uma escolha consciente de minimizar o caráter ideológico do confronto, afastando-se da representação polarizada presente em Gospel Prime.

Ademais, observamos que a intensidade dessas representações não está apenas no conteúdo das falas, mas na estrutura discursiva que constrói realidades sociais específicas. No Gospel Prime, o uso de categorizações e a escolha de lexias carregadas de ideologia (como "militante do PSOL") cria uma narrativa de luta entre o "bem" e o "mal", em que o leitor é convidado a tomar partido. No Bol-UOL, a ênfase na naturalização e na tentativa de equilíbrio sugere que embates em sala de aula são normais e que a situação em questão é menos uma questão de direitos individuais sendo violados e mais uma questão de má comunicação e exagero nas redes sociais.

Dessa forma, essa comparação deixa claro que a representação de um mesmo evento pode ser drasticamente diferente mesmo dependendo de lentes ideológicas hegemonicamente próximas, religiosa e corporativa, através da qual ele é apresentado. Ou melhor, a escolha de palavras, estruturas e processos de transitividade são instrumentos poderosos que os meios de comunicação utilizam para construir narrativas que se alinham a suas visões de mundo. No fim, o que está em jogo não é apenas a disputa maniqueísta sobre quem está certo ou errado, em um debate isolado entre professor e aluno, mas a luta pelo controle da narrativa e, portanto, pela formação da opinião pública.

Referências

ARAGÃO, Jarbas. *Aluno evangélico é humilhado por professor militante do PSOL*. Gospel Prime, 2018. Disponível em: <http://adriolargo.com.br/brasil-aluno-evangelico-e-humilhado-por-professor-militante-do-psol/>. Acesso em: 22 de janeiro de 2024.

BHASKAR, Roy et al. *Critical realism*. In: Proceedings of the standing conference on realism and human sciences, Bristol, UK. 1998.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica*. Linha d'água, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2014.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian. *Introduction to functional grammar*. Routledge, 2004.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

MOURA, Fernanda Pereira De. “*Escola Sem Partido*”: relações entre Estado, Educação E Religião e os impactos no ensino de História. Mestrado Profissional em Ensino de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio De Janeiro, 2016.

PEREIRA, Francisco Djefrey Simplicio. Representação, hegemonia e violência divina a partir dos discursos sobre a destituição de Dilma Rousseff: uma análise dos documentários Democracia em vertigem e Não vai ter golpe. 2023. *Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada)* - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2023.

PEZZO, Rafael. *Debate entre professor e aluno sobre situação do país vira motivo de ameaça*. UOL, 2018. Disponível em: [Debate entre professor e aluno sobre situação do país vira motivo de ameaça - 14/04/2018 - UOL Educação](#) . Acesso em: 22 de janeiro de 2024.

PINHEIRO, Cristiano Guedes. *Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP): tensões e discurso nas redes sociais*. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017.

RAMALHO, Viviane; DE MELO RESENDE, Viviane. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Pontes Editores, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise crítica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

SAYER, A. Características-chave do Realismo Crítico na prática: um breve resumo. Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, 6(2): 7-32, 2000.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Leya, 2017.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* . 9. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRAVINCAS, Amanda Costa Thomé. *A tutela jurídica da liberdade acadêmica no Brasil: A liberdade de ensinar e seus limites*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito PUCRS, 2016.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. Boitempo Editorial, 2015.

Submetido em 24 de setembro de 2024.

Aprovado em 17 de dezembro de 2024.